



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

HÁ ALGO DE PÈ NAS RUÏNAS: O GENTRIFICATION INTERFERINDO NA MEMÒRIA DAS CIDADES HISTÒRICAS¹

Allan Rafael Veiga Feitosa²

(UFS/NPPCS/LABEURC)

allanveiga@ufs.br

INTRODUÇÃO

Quando nos reportamos ao termo “Cidades Históricas”³ é razoável que tomemos como ponto de partida analítica para melhor entendimento do termo as discussões sobre o Patrimônio Cultural, que, senão o precede ao menos de maneira política o engloba. Sendo assim, adentrar, ainda que brevemente, nas questões e fundamentações das Políticas de Patrimônio, particularmente as de nosso país, é de fundamental importância para a compreensão do tipo de política de patrimônio para qual o artigo se debruça, o *gentrification*⁴ ou enobrecimento urbano, tão recorrente nos últimos anos sobretudo nas cidades ditas históricas.

Acredito haver especialmente nesse tipo de intervenção do patrimônio, senão um contrassenso, uma forma um tanto quanto desviada da tese central da salvaguarda do patrimônio – a preservação da memória cultural – particularmente para com edificações

¹ Trabalho a ser apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB) – GT 37 – Cidades históricas e culturas urbanas, construído de estudos de pesquisa de mestrado em sociologia em fase de conclusão. (2011)

² Acadêmico do Mestrado em Sociologia do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Pesquisador-Estudante do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC)

³ Segundo a *Recomendação de Nairóbi* de novembro de 1976, “relativa à salvaguarda dos **conjuntos históricos** e sua função na vida contemporânea”, a *cidade histórica* deve ser entendida de igual modo aos os sítios pré-históricos, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, como parte de um conjunto histórico ou tradicional que “constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade [...]”

⁴ Intervenções urbanas voltadas ao *city marketing*, cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. (LEITE, 2007).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e estruturas arquitetônicas em ruína, o que, a meu ver, influi diretamente nas práticas culturais e nos processos sociais da construção e manutenção da memória social.

Cabe aqui esclarecer que a proposta do artigo não é produzir um tratado contra o enobrecimento urbano tão pouco de propor políticas de patrimônio com o intuito de proporcionar a deterioração de edificações antigas para que se tornem ruínas. A intenção aqui é de refletir sobre a possibilidade de se valorar a ruína enquanto parte do patrimônio dentro dos processos de intervenções urbanísticas e, de problematizar o alcance do *gentrification* no benefício para com a preservação do patrimônio das cidades históricas.

O PATRIMONIO NO BRASIL, SUAS POLITICAS E A RELAÇÃO COM AS CIDADES HISTÓRICAS

Antes de iniciarmos vale lembrar que a discussão iniciada aqui sobre o patrimônio e suas políticas no Brasil não serve como um trabalho de cunho documental com intuito de detalhar toda uma cronologia dos acontecimentos, mas de possibilitar um entendimento acerca de um tipo, mas recente e corriqueiro de intervenção urbanística, o enobrecimento urbano, bem como de observar sua estreita ligação com os centros históricos.

A relação entre preservação da história de uma nação e patrimônio vem, segundo a historiadora Françoise Choay (2001), desde o início do século XIX na Itália, quando o rompimento com a arquitetura do passado, fruto de um conturbado processo iluminista, ameaçava os monumentos nacionais italianos, porém, ainda segundo Choay, fora na França no mesmo século que surgem às primeiras instituições voltadas a preservação do patrimônio, acompanhadas de uma legislação para tal fim, visando primordialmente à conservação de prédios ora danificados no processo da Revolução Francesa, aqui a conservação do Patrimônio se pautava exclusivamente em edificações, prédios, monumentos, pontes, documentos, de mais tudo aquilo que de algum modo “representasse” a nação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A concepção geral de Patrimônio no mundo vem desde então enfrentando diversos embates conceituais resultando em adequações destas para com as políticas oficiais de salvaguarda do patrimônio. No Brasil o cenário não fora diferente desde a década de 30 até hoje estamos a enunciar alterações no modo oficial de perceber o Patrimônio Brasileiro e as discussões acadêmicas continuam em efervescência, portanto, a sociologia urbana, não poderia se furtar a oferecer sua parcela de contribuição teórica.

No Brasil, inicialmente, o patrimônio e suas políticas de conservação estão intimamente ligados ao modo como o estado orientava o que deveria ou não ser considerado patrimônio com interesse em construir uma suposta unidade de nação através de uma memória nacional, para tanto é criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, o qual teve forte engajamento do movimento modernista da época, que tinha como premissa valorizar o que era próprio do Brasil e modernizá-lo, coadunando-se com o ideal nacionalista de Getúlio, porém, essa era uma equação de, no mínimo, inusitada solução. Vejamos o que diz Rogerio Proença Leite (2007) a tal respeito:

Essa aproximação entre Sphan e modernistas ocorreu com a elaboração do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de Mário de Andrade, feito a pedido do então ministro da Educação e Saúde Pública (MES), Gustavo Capanema, o qual, ao aderir aos princípios modernistas, viabilizou o envolvimento dos intelectuais modernistas com as políticas culturais em pleno Estado Novo. Tal aproximação [...] iria desenhar a fisionomia conceitual de uma expressão embrionária de cultural nacional e culminar em uma concepção arquitetônica que simbolizasse uma nova tradição brasileira. A idéia de patrimônio é desenvolvida, [...] enquanto expressão de um “caráter nacional”, ao mesmo tempo histórico e universal. Contra a profusão de estilos justapostos do ecletismo, estilo que na época representava justamente a idéia de modernização para os republicanos, os modernistas voltam-se para o interior do Brasil, mais precisamente para as cidades colônias de Minas Gerais, cuja arquitetura barroca poderia expressar o retorno a um passado “legítimo” e representativo de uma originalidade cultural brasileira: “No Brasil, o modernismo propicia uma volta ao passado, à valorização intensa de todas as formas de expressão consideradas tradicionais.” (Leite, 2007, p. 49).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Desse modo, o modelo de preservação do patrimônio do “legado modernista” como sublinha Antonio Augusto Arantes (1997), pautou-se em valorizar o estilo barroco colonial mineiro como tipicamente brasileiro a expressão da “herança cultural” do país, num reducionismo cultural que afastou a casa do homem comum, da maioria da população, da concepção oficial de nação. Sobre isso vejamos o que assevera Arantes:

A coleção de bens tombados pelo Sphan, particularmente no final dos anos 30 e na década de 40, compunha-se exclusivamente de igrejas católicas coloniais, construções públicas e militares, casas de fazenda, residências e palácios pertencentes à oligarquia rural. A inclusão de arquitetura vernacular nas listas oficiais, quando isso ocorreu, visava em geral prover um contexto paisagístico àqueles outros bens, considerados de valor excepcional. (Arantes, 1997, p. 279).

Ao adotar uma postura política para com a salvaguarda do “recém descoberto” patrimônio brasileiro de reconhecer uma suposta importância cultural de um determinado bem tipicamente nacional, os modernistas preservacionistas do Brasil “não foram diferentes da maioria das experiências de outros países, estando relacionados à consolidação de uma imagem política e cultural de nação, tendo o Estado como principal artífice.” (Leite, 2007, p. 51). e “privilegiaram” como ícones oficiais deste patrimônio bens que expressavam o poderio de uma camada dominante da sociedade em detrimento da maior parte da população, prejudicando de sobremaneira a constituição do que poderia se configurar de modo mais legítimo num “patrimônio nacional” como sugere Arantes:

[...] penso que a conservação de itens culturalmente e historicamente relevantes resulta de uma configuração mais complexa de forças sociais do que aquela que tem sido indicada pela literatura. A meu ver, a significação social desses bens não pode ser mecanicamente deduzida de estruturas macropolíticas, nem tampouco decodificada dos significados simbólicos que habitariam permanentemente tais estruturas. (IBID., p.277)

Ou ainda como destaca Leite (2007):



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A predominância dos monumentos que reafirmam os poderes políticos, religiosos e militares [...] excluiria um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas peculiares de inserção e pertencimento à nação (Leite, 2007, p. 51).

Esse quadro tem um incremento de posição somente a partir da década de 70, quando o estado divide as responsabilidades da salvaguarda do patrimônio com os outros entes da federação, “em decorrência principalmente da impossibilidade de o IPHAN⁵ manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção desse patrimônio” (IBID., p. 53), diluindo lentamente a idéia de construção de um patrimônio nacional. São criadas as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio em âmbito estadual, isso resultou num alargamento e flexibilização dos processos de tombamento realizados, uma vez que o que se entendia como patrimônio cultural de um ente federado, muitas vezes não reunia os elementos necessários à concepção oficial de nação que o Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pretendia preservar como memória nacional.

Essa redefinição de postura institucional para com as políticas de patrimônio permite que o país se insira nas mais recentes abordagens e discussões do século XX sobre patrimônio pautadas principalmente em discussões em conferenciais mundiais resultando em diversas recomendações e cartas patrimoniais, com propostas inovadoras, como a de não mais enxergar o patrimônio como um elemento isolado, mas inseri-lo na dinâmica do contexto em que este se encontra, destacar o monumento isolando-o do seu entorno constituía-se em um ato de mutilação da história. Vejamos o que diz o artigo 1º da Carta de Veneza:

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às

⁵ Em 1946, o Sphan passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), e em 1970, O Dphan se transforma em Iphan. (Sítio eletrônico da Revista Museu, 2011)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (Ministério da Cultura, Iphan, 1995)

A nova concepção de política de preservação do patrimônio histórico, notadamente aumenta significativamente o número de edificações que devem ser tombadas, basicamente em duas frentes, a primeira em se verificando a necessidade de se preservar, o já abordado, entorno das edificações históricas e a segunda por observar também a possibilidade em se tornar aquelas edificações mais simples que ao longo de sua história tenha adquirido algum tipo de valor histórico.

A partir desse momento no percurso do patrimônio histórico as atenções estão voltadas aos conjuntos de valor histórico, uma vez que, as edificações as quais se queria tornar estavam geralmente inseridas num contexto não menos histórico de um centro urbano que acabava por receber o nome de “centro histórico” em alguns casos esse mesmo centro pode ser considerado “cidade histórica” dado o seu pequeno tamanho e a amplitude de seu caráter histórico, amplamente discutido no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)⁶ na cidade de Hoddesdon em julho de 1951.

As novas diretrizes adotadas pelo patrimônio no Brasil marcam também o início da abordagem turística deste, conforme as “Normas de Quito” decorrentes de um encontro sobre patrimônio realizado na cidade de Quito no Equador em 1967, o bem patrimonial de um país, portanto, poderia ser considerado como riqueza natural passível

⁶ [...] o centro, definido como “coração da cidade”, foi o tema do CIAM, Naquele encontro, falou-se [...] da importância dos centros históricos das cidades italianas. O centro urbano passava a ser o elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes (como o disse Sert em sua fala), o repositório da memória da coletividade (como disse Gropius, no mesmo congresso), e o local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana (como o definiu Jacob B. Bakema).

Naquele momento, enfim, já se identificava que “centro” não dizia mais respeito à idéia espacial de “centralidade”. Com o crescimento das cidades, diluiu-se a localização do “centro” como coordenada espacial, vigorando a idéia de centro cívico, comercial e, especialmente, de repositório e expressão física de experiências coletivas. [...]

No que tange a parâmetros oficiais na definição de centros, em especial a definição e preservação do tecido histórico urbano, destaca-se a Recomendação de Nairóbi – cunhada pela Unesco em 1976. Esta foi a primeira carta patrimonial a falar claramente da preservação de “conjuntos” (o que inclui os centros históricos). [...] A Recomendação afirma que os “conjuntos históricos ou tradicionais (...) constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e (...) constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais (...) diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época.”

Tais conjuntos, segundo a Recomendação, podem ser sítios pré-históricos, cidades históricas, bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos, assim como conjuntos monumentais homogêneos. A “ambiência” é definida como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. (Meneguello, 2005)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de exploração econômica, essa “abertura”, associada à necessidade premente de um incremento na quantidade de recursos, uma vez que como já dito anteriormente cresceu a demanda dos tombamentos possibilita que organizações financeiras públicas e privadas entrem no que agora poderia ser chamado de negócio, com a exploração para fins turísticos, surge então o chamado *gentrification* ou enobrecimento urbano.

Até aqui ficava evidente que o processo de mudança fora em certa medida benéfico, para com a concepção de política de patrimônio no Brasil que passou a relacionar de maneira menos política, menos nacionalista e mais recursiva o patrimônio histórico, como destaca Leite:

As transformações ocorridas nas práticas de patrimônio a partir dos anos 70 contribuíram para deslocar o foco conceitual da preservação de uma idéia abrangente de nação para a valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento das cidades históricas. (Leite, 2007, p. 58)

Porém, a mudança até então moderadamente benéfica torna-se potencialmente perigosa, uma vez que, o *gentrification* e/ou enobrecimento urbano tem no seu bojo a intenção de (re)construir usos dos conteúdos e materiais de determinado passado, reclassificando os seus personagens e lhes apresentando, por vezes, funções e ações sociais diferentes das construídas ao longo de décadas, principalmente com o discurso do embelezamento estético.

O enobrecimento urbano desvia a lógica do patrimônio da idéia de preservação da cultura para aparentemente retomar a idéia já combatida de concepção oficial de nação, orientada para fins mercadológicos, onde a restauração de uma edificação tinha como finalidade primeira a sua *comercialização cultural*, Leite aponta o claro problema que há com essa prática:

Falar de patrimônio como *mercadoria cultural* significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de fetichização da cultura. (IBID., p. 65)

O processo em questão começa a ganhar rápida aceitação e apoio dos governantes dos estados e municípios, permitindo a estes empreitadas de políticas de patrimônio com vistas ao lucro que este gerava. Nesse momento as mais elaboradas formulações das políticas de patrimônio que até aquele instante tinham sido pensadas discutidas e rediscutidas, pareciam não ter efeito sobre a comercialização indiscriminada da cultura, esse novo padrão das políticas de patrimônio, hoje se apresenta de maneira cada vez mais urgente nos “conjuntos históricos” recaindo com frequência nas edificações em ruínas desses conjuntos.

A RUINA E SUAS MEMÓRIAS

A tônica das discussões da ruína enquanto abordagem sociológica se pautam basicamente em observar a relação que estas tem com as cidades, uma vez que aparentemente não oferecem usos de modo razoável, portanto é plausível que sejam debatidos no campo da sociologia urbana, contribuindo de tal modo para com o debate das políticas atuais de patrimônio, o que se pode extrair das ruínas urbanas, qual a contribuição possível para com a preservação do patrimônio cultural e da memória social de um povo em igualdade de condições a uma edificação que ainda não está em ruínas ou de maneira diminuta com aquelas que sofreram com os processos de enobrecimento urbano.

A composição arquitetônica dos centros urbanos que outrora tem seu uso para os mais diversos fins e que em muitos casos ostenta a opulência de uma época, tende em processo natural ao longo do tempo e por vários motivos a perecer, para Walter Benjamim (1989), a ruína é o momento em que algo deste tecido urbano “está por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desaparecer e esse desaparecimento ilumina, com uma luz singular e poética, tudo aquilo que o condenou, seu outro e seu contrário. [...] possibilitando a fantasmagoria daquelas lembranças ou memórias que, como lacunas da história, permanecem para assombrar o presente e alertar sobre o futuro” (IBID., p. 85).

Simmel (1998) nos faz pensar que a ruína é o momento de frouxidão que em algum momento se deu tenso entre o passado e o presente, não sendo nem um nem outro, aguardando o seu futuro próximo.

Para Simmel (1998) a arquitetura seria a única obra humana capaz de atender satisfatoriamente o conflito vontade humana versus necessidade da natureza, entre vida e morte. A sedução das ruínas, segundo Simmel, está justamente na natureza que nela ainda persiste, no fato desta ser uma simbologia da ação destruidora da natureza sobre o poder de erguer do homem, e que a todo o momento em que a edificação estava integra parecia em conflito. O autor assim afirma:

Este balanço singular entre a matéria mecânica, pesada, passivamente resistente à pressão e a espiritualidade informante, que impele ao alto quebra-se, no entanto, no instante em que o edifício rui, pois isso não significa outra coisa senão que as meras forças da natureza começam a predominar sobre a obra humana: a equação entre natureza e espírito desloca-se em favor da natureza. [...] Com isso, a ruína torna-se, não obstante, um fenômeno mais significativo e pleno de sentido que os fragmentos de outras obras de arte destruídas. [...] A ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas e aquelas da natureza e cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que a arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (IBID., p.135-6).

Para além das conceituações apresentadas a ruína se apresenta numa estreita relação com a imagem e o tempo submetendo-se diretamente a ação deste para com a sua imagem, representando segundo Benjamin (1985) uma “síntese paradigmática entre tempo e espaço” (IBID., p. 229).

Penso que a manutenção de uma edificação em ruína comumente entendida como degradada, deteriorada, estragada e, que outrora seria objeto de revitalizações ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

restaurações, em sua forma “arruinada” tal como ela é, é de relevância não por causa da estrutura arquitetônica que ainda se mantém, mas pela memória que nela há exatamente pelo fato desta assim se encontrar, afinal em tantos anos de presença e convivência com a história de uma cidade, ate mesmo o motivo pelo qual este prédio veio a ruir tem uma simbologia para com o conjunto histórico em que está inserido.

As significações atribuídas pelas pessoas às ruínas configuram-nas em lugares, que no sentido que atribui Leite (2007), são “demarcações físicas e/ou simbólicas no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente” (Leite, 2007, p. 284), a compreensão sistemática dessas edificações e seus laços de memória para com os atores da cidade, são então, passíveis de atribuição de sentido de pertencimento, tornando aquilo que parecia apenas uma edificação destruída, esquecida, em um “lugar”, e que se não há nela um uso físico ao menos um uso simbólico para a reflexão mental, que pode estar em seu caráter de lembrar o passado.

Nesse contexto o sociólogo Francês Maurice Halbwachs (2006) nos lembra que toda memória é “coletiva”, pois, é uma construção psíquica e intelectual que ocasiona em ultima instância uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas deste inserido num contexto familiar, social, nacional, a memória então, além de servir a sua premissa central de preservar o passado no presente ainda tem a nobre função de agregar pessoas em torno de contextos sociais próprios.

Halbwachs entende que a história não precisa ser contada enquanto ainda há memória coletiva, vejamos:

[...] a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito. (Halbwachs, 2006, p.85).

A teoria da memória exige, sem dúvida, uma discussão bastante aprofundada, são inúmeras as questões e contradições acerca do tema, o que será feito em momento oportuno no trabalho final da minha pesquisa em curso, porém, para o encaminhamento, breve deste artigo, acredito não haver maiores problemas em reduzirmos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

significativamente esta vasta literatura, com efeito a focar na discussão para qual se inclina o debate aqui proposto, dito mais uma vez, a ruína como elemento de valor próprio e único nos processos de intervenção urbana.

Portanto chego até este ponto utilizando-me de uma singela, porém precisa contribuição do historiador Francês Pierre Nora (1993), que em seus estudos contemporâneos sobre memória deixa claro a diferença que há entre história e memória, as opondo de maneira radical, para Nora a memória é absorvida pela história a ponto de não ser mais possível dissociá-las e tudo aquilo que seja considerado memória já fora contada como história, restando apenas “lugares de memória” que Nora conceitual como sendo:

[...] material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (IBID., p. 21-2)

Portanto, levando em consideração que a ruína seja um lugar de memória nas cidades históricas, o *getrification* e sua política de revalorização cultural voltada a mercantilização da cultura, transforma-as em meros objetos de apreciação estética. A esse respeito vejamos o que traz Carlos Fortuna (1995)

[...] as nossas ruínas, os nossos monumentos e os nossos museus, enfim o nosso patrimônio, são retirados à história e transformados em paisagem esteticizada. Tudo o que é estético é hoje mercadorizável e consumível. [...] O passado e os lugares das nossas cidades tornaram-se mercadorias e a exaltação do seu consumo dificilmente nos permite distingui-las de uma feira. (p. 34)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as exposições e considerações feitas até aqui chego ao fim deste artigo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ressaltando que, em um quadro de políticas de patrimônio voltadas ao entretenimento turístico e ao consumismo das cidades, de transformação social e de reconstruções de simulacros de cidades históricas, característicos das atuais intervenções urbanísticas no Brasil, a história a ser contada, tornar-se-ia, a meu ver, robusta com a preservação da memória coletiva vivenciada pelos atores das cidades, em seus “lugares”, uma vez que a cidade é um lugar de pertença, não apenas do ser individual, pessoal, mas, sobretudo das representações de sua coletividade.

Portanto ela precisa ser vivida, alterada, reconfigurada, reconstruída ou reestilizada a luz dessa coletividade, o que define se um espaço tem ou não significação é o diálogo subjetivo que as coletividades travam ao longo do tempo de suas memórias e não por um simples processo de realocação de espaços, ou ainda de “institucionalização de lugares”, portanto, não sendo o *gentrification* o responsável legítimo em atuar na alteração de sentidos de pertencimento por um passado (memória coletiva) que possa ser apreendido pela ruína da cidade histórica, porque não a pensarmos como elemento que como “lugar de memória” sirva para rememorar o passado ou como diz Fortuna (1995) para “nos confortar porquanto nos ajudar a ordenar e a tornar entendível esse passado.” (p.16)

Com esse propósito faz sentido preservar a matéria proveniente do tempo, sem a pretensão de torná-la atrativa ao consumo ou mesmo de institucionalizá-la como história oficial de um povo, afinal, estes conhecem sua história, foram eles que a fizeram e as “desfizeram”. Torna-se, portanto imprescindível ao patrimônio, uma manutenção de uma constante variação de sentidos de lugares para com os diferentes grupos sociais que o freqüentam numa dialética recorrente de preservação da memória coletiva.

Nesse sentido, penso que o papel das ruínas nas cidades históricas, hoje, para além de garantir objetivamente que a história contada pelo viés institucional, não esteja tão afastado do que se apreende pelo coletivo, as ruínas cumprem o importante papel de permitir aos que para ela olhem a possibilidade de rememorar a cidade de modo a poetizá-la, para instaurar a liberdade que a memória lhes dá de ver, sentir e ouvir, à sua maneira, com a tensão natural que há entre passado e o presente.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES**, Antônio Augusto. *Patrimônio Cultural e Nação*. Tradução de Andrea Borghi. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.
- BENJAMIN**, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Em: Obras Escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHOAY**, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.
- FORTUNA**, Carlos. *Por entre as Ruínas da cidade: O patrimônio e a memória na construção das identidades sociais*. Coimbra, Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais, 1995.
- HALBWACHS**, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro. 2006.
- LEITE**, Rogério. *Contra-usos da Cidade*. Campinas/São Cristóvão, Ed. UNICAMP/Ed.UFS, 2007.
- MENEGUELLO**, Cristina. . *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN, n. nov-dez, 2005.
- NORA**, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993.
- SIMMEL**, Georg. *O indivíduo e a liberdade*. In: Jessé Souza e Berthold Öelze (Orgs.). Simmel e a modernidade. Brasília: UNB, 1998
- UNESCO**. *Recomendação de Nairóbi*, Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, 19a. sessão, 1976 in. **IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Documentos sobre Legislação*. www.iphan.gov.br